

**MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ****Aviso n.º 6665/2023**

Sumário: Designação, em comissão de serviço, de cargo de direção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão municipal) da Divisão de Desenvolvimento Económico.

Designação, em comissão de serviço, de cargo de direção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão municipal) da Divisão de Desenvolvimento Económico

Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, torna público que, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável à administração local por força do artigo 1.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto e do artigo 23.º deste último diploma legal, e da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que foi designada em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, renovável por iguais períodos, a licenciada Cesilde de Jesus Pereira Franco no cargo de direção intermédia de 2.º grau — Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, pelo seu Despacho n.º 1/GP/2023, de 20 de janeiro, que se publicita, na íntegra, de seguida:

«Designação em comissão de serviço de cargo de direção intermédia do 2.º grau — Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico

Considerando:

Que por deliberações da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, tomadas nas suas sessões ordinárias de 20 de dezembro de 2012, de 28 de dezembro de 2017, de 28 de fevereiro de 2019 e de 26 de fevereiro e 2021, foi aprovado o modelo de estrutura orgânica, a estrutura nuclear, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e o número total de subunidades orgânicas;

Que por deliberações da Câmara Municipal tomadas nas suas reuniões ordinárias de 26 de dezembro de 2012, de 12 de junho de 2019 e de 7 de abril de 2021, foi aprovada a criação das unidades orgânicas flexíveis, definindo-se as respetivas atribuições e competências;

Que nos termos do despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal com o n.º 18/GP/2012, de 28 de dezembro, procedeu-se à criação das subunidades orgânicas e foi conformada estrutura interna das unidades orgânicas, afetando-se-lhe os recursos humanos;

Que pelos despachos do Senhor Presidente da Câmara Municipal com os n.ºs 10/GP/2014, de 16 de dezembro, 38/GP/RHU/2018, de 3 de abril, 11/GP/2019, de 23 de julho, e 29/GP/2021, de 5 de maio, foram alteradas as subunidades orgânicas do Município de Reguengos de Monsaraz, afetando-se-lhes os recursos humanos;

Que a nova estrutura orgânica do Município de Reguengos de Monsaraz está em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2013;

Que na atual estrutura orgânica encontra-se prevista a Divisão de Desenvolvimento Económico (unidade orgânica flexível);

Que no Mapa de Pessoal para o ano de 2023 se encontra previsto posto de trabalho correspondente ao cargo de direção intermédia de 2.º Grau — Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico;

A necessidade de prover o referido cargo de direção intermédia para que seja assegurado o regular funcionamento dos serviços do município e o regular desenvolvimento das suas atividades;

Que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião ordinária de 28 de julho de 2021 foi determinada a abertura de procedimento concursal para o recrutamento, em comissão de serviço, de um cargo de direção intermédia do 2.º grau — Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, e que por deliberação da Assembleia Municipal tomada na sua sessão ordinária de 26 de novembro de 2021 foi aprovado o júri do procedimento concursal;

Que o procedimento concursal de recrutamento e seleção foi publicitado pelo Aviso n.º 4821/2022, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 46, de 7 de março, na Bolsa de Emprego Público em 9 de março de 2022 e na edição do jornal de expansão nacional “Correio da Manhã”, em 9 de março de 2022;

Que na sequência do procedimento concursal o júri propôs, por unanimidade, a designação para o cargo da licenciada Cesilde de Jesus Pereira Franco,

Designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável à administração local por força do artigo 1.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e do artigo 23.º deste último diploma legal, e da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a licenciada Cesilde de Jesus Pereira Franco, atendendo à classificação obtida no procedimento concursal, ao facto da mesma preencher os requisitos legais para o provimento do cargo e possuir, inequivocamente, o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos da Divisão de Desenvolvimento Económico.

A candidata revelou possuir experiência e formação profissional adequadas e a necessária competência técnica para o desempenho do cargo, conforme consta da sua grelha de apreciação curricular e da ficha da “Entrevista Pública de Seleção”. Revelou, ainda, profundo conhecimento das funções a desempenhar, interesse e motivação, sentido de responsabilidade e capacidade de liderança e de relacionamento interpessoal. Demonstrou, também, muito boa capacidade de expressão oral, fluência verbal, sentido crítico, excelentes conhecimentos técnicos e grande perceção das competências confiadas à Divisão de Desenvolvimento Económico, nomeadamente ao nível da contratação pública e de candidaturas a fundos de apoio, áreas de importância fulcral para o bom funcionamento do Município.

O provimento do cargo produz efeitos à data do presente despacho, sendo este publicado na 2.ª série do *‘Diário da República’*, juntamente com nota relativa ao currículo académico e profissional do designado.

Breve nota curricular:

Formação Académica:

Bacharelato em Engenharia Técnica Agroindustrial — Instituto Politécnico de Beja: Escola Superior Agrária;

Licenciatura em Economia — Universidade de Évora.

Experiência Profissional:

Estágio na Herdade do Esporão da Empresa Finagra — Sociedade Industrial e Agrícola, S. A.;
1998 — Profissional Liberal: exercício de funções na Comissão de Coordenação da Região Alentejo, em Évora, no âmbito do Projeto Aldeia;

1999-2008 — Contrato de trabalho a termo: exercício de funções de técnica, na Comissão de Coordenação da Região Alentejo, em Évora, no âmbito da estrutura de apoio técnico dos Quadros Comunitários de Apoio II e III e QREN — Quadro de Referência Estratégico Nacional;

Desde novembro 2008, até à presente data — Contrato de trabalho em funções públicas no Município de Reguengos de Monsaraz responsável pelo serviço de Candidaturas aos fundos comunitários e nacionais;

Formação profissional:

Participação em vários seminários e cursos de formação profissional, nomeadamente:

Ação de formação “Medidas excecionais de contratação pública e alteração ao CCP”;

Ação de formação “O Código dos Contratos Públicos”;

Ação de formação “Código dos Contratos Públicos-Novas Alterações Legislativas”;

Ação de formação “O Novo Código da Contratação Pública”;



Programas Europeus 2021-2027 “Horizonte Europa — Erasmus+ — Life — Metodología de Gestión PM2”;

Workshop “Capacitação de Agentes para a Economia Digital”;

Conferência “Compromisso para o Crescimento Verde e Perspetivas do Alentejo 2020”;

Workshop “Portugal 2020” sobre o novo quadro dos fundos europeus, no âmbito do Programa

CAPACITAR;

Workshop para a “Promoção da Inovação Social e Empreendedorismo na Economia Social”;

Seminário “Casos Exemplares de Modernização Administrativa”.

3 de fevereiro de 2023. — A Presidente da Câmara Municipal, *Marta Prates*.

316263118